



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6733

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

Autoria: Executivo Municipal

Data: 31/01/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 05/2006. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA à entidades governamentais e não governamentais cadastradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Controle Interno – Caixa: 21.1 **Posição:** 27 **Número de folhas:** 05

Especie: PL
Categoria: Repasse de recursos
Nr: 21.1
Ordem: 27
nº fls: 03



05/2006

02.02.2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Repasse de Recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA à Entidades Governamentais e Não – Governamentais Cadastradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em - 31/01/2006**
- 2 - **Comissão Finança Orçamento Tomada de Contas**
- 3 -
- 4 - **RENOVADO EM REGIME DE URGÊNCIA**
- 5 - **EM 02.02.2006**
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
Procuradoria-Geral

Adm. 31/01/06
P

PROJETO DE LEI _____/2006

Autoriza o repasse de recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA à entidades governamentais e não-governamentais cadastradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.


O Povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar os recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA às entidades governamentais e não-governamentais destinadas à execução das políticas de proteção especial à criança e ao adolescente, por meio de financiamento de programas e projetos implementados por essas entidades, desde que cadastrados e aprovados previamente pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

Art. 2º - Os recursos financeiros de que trata o artigo anterior serão destinados apenas ao financiamento de Projetos e Programas em prol da Infância e Adolescência, devidamente regulares .

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos vigorarão durante o exercício financeiro de 2006.

Montes Claros, 26 de janeiro de 2006


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO TOMADA DE CONTAS
EM 31 DE JANUÁRIO DE 2006

PRESIDENTE

Somos favoráveis
quanto ao mérito.
Filo unanimemente
ao Plenário.

[Assinatura]

[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 02 DE FEBREIRO DE 2006

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
Procuradoria-Geral

Montes Claros, 26 de janeiro de 2006.

Ofício nº: PJ / 002/ 2006

Assunto: Projeto de Lei

Serviço: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos autorizar repasse de recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA à entidades devidamente cadastradas e que tiverem os ditos repasses previamente aprovados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que, V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres Vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE “Autoriza o repasse de recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA à entidades governamentais e não-governamentais cadastradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente”, de autoria do Executivo Municipal.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa ou mesmo de finalidade, tendo em vista que referido projeto de lei visa o repasse de recursos financeiros à entidades previamente cadastradas junto à Municipalidade e ainda, recursos previamente aprovados pelo Conselho Municipal competente.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 01 de fevereiro de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605